
EDITAL Nº 003/2018/FMEBC. CHAMAMENTO PÚBLICO
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ -
FUNDESPORTEBC 2018

A Fundação Municipal de Esportes de Balneário Camboriú, por meio de seu Superintendente, no uso de suas atribuições, torna público o presente edital de Chamamento Público, definindo as regras para seleção de Projetos Esportivos por meio do FUNDESPORTEBC 2018, em consonância com a legislação vigente e estabelece o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 223 de 24 de agosto de 1973, que institui o novo Código Tributário de Balneário Camboriú, e revoga a Lei nº 145/1970, sobretudo o artigo 291 estabelecendo que os contribuintes que estiverem em débitos de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de Concorrência, Coleta ou Tomada de Preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

CONSIDERANDO, a Lei nº 3344, de 15 de setembro de 2011 que cria o Sistema Municipal de Esportes de Balneário Camboriú, e dá outras providências."

CONSIDERANDO, o Decreto nº 6365, de 22 de novembro de 2011 que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Esportes de Balneário Camboriú – CMEBC.

CONSIDERANDO, o Decreto nº 7005, 21 de maio de 2013 que regulamenta a Lei Municipal nº 3.344, de 15 de setembro de 2011, e dá outras providências".

1 DAS FINALIDADES

- a) Prestar apoio financeiro a programas e projetos de natureza esportiva, que se enquadram nas diretrizes e prioridades do Plano Municipal de Esporte de Balneário Camboriú.
- b) É um fundo de natureza contábil, que funciona sob as normas legais vigentes.
- c) As disponibilidades dos recursos do FUNDESPORTEBC serão aplicadas em projetos que visem fomentar e estimular o desenvolvimento do esporte no Município de Balneário Camboriú.
- d) Este Edital tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia.

2 DOS VALORES DE RECURSOS DISPONIBILIZADOS

a) Os recursos concedidos pelo FUNDESPORTEBC 2018 terá o valor total estabelecido em R\$200.000,00 (duzentos mil reais), pelo prazo máximo de 08 meses. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática abaixo discriminada:

1. Órgão: 30000 – Fundação Municipal de Esportes;
Unidade: 30.003 - FUNDESPORTE BC
Função: 27 - Desporto e Lazer;
Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento;
Programa: 4012 - Esporte e Qualidade de Vida;
Ação: 2.57 - Apoio a Projetos Esportivos;
Dotação: 326 - 3.3.50.00.00;
Fonte de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários (30003.27.811.4012.257).
Valor: R\$ 100.000,00
2. Órgão: 30000 – Fundação Municipal de Esportes;
Unidade: 30.003 - FUNDESPORTE BC
Função: 27 - Desporto e Lazer;
Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento;
Programa: 4012 - Esporte e Qualidade de Vida;
Ação: 2.57 - Apoio a Projetos Esportivos;
Dotação: 625 - 3.3.50.00.00;
Fonte de Recursos: 0.3.00 – SF Recursos Ordinários (30003.27.811.4012.257).
Valor: R\$ 100.000,00

a) Cada entidade deve solicitar o valor de mercado atualizado, para cada ação correspondente ao seu projeto;

b) Ficam distribuídos os recursos do FUNDESPORTEBC, por meio da formalização de Termo de Colaboração, conforme especificado abaixo:

- I - até 10% para o esporte educacional; (R\$20.000,00)
- II - até 5% para a capacitação por meio de cursos, oficinas, seminários e similares; (R\$10.000,00)
- III - até 10% para as atividades recreativas e de lazer; (R\$20.000,00)
- IV - até 5% para administração do Fundo; (R\$10.000,00)
- V - até 15% para a organização e a realização de eventos esportivos locais (municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais), com caráter competitivo, de integração e/ou participação; (R\$30.000,00)
- VI - até 55% para o esporte de rendimento. (R\$110.000,00)

Os seguimentos de Eventos Esportivos e Esporte de rendimento terão seus valores divididos em cotas:

Seguimento	Valor da Cota	Quantidade de projetos	Total recurso
Esporte Educacional	R\$ 20.000,00	1	R\$ 20.000,00
Capacitação por meio de cursos, oficinas, seminários e similares	R\$ 10.000,00	1	R\$ 10.000,00
Atividades recreativas e de lazer	R\$ 20.000,00	1	R\$ 20.000,00
Administração do Fundo	R\$ 10.000,00	1	R\$ 10.000,00
Realização de Eventos esportivos	R\$ 10.000,00	3	R\$ 30.000,00
Esporte de Rendimento.	2 Cotas R\$ 25.000,00 2 Cotas R\$ 30.000,00	4	R\$ 110.000,00

3 DO OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

- a) O Termo de Fomento terá por objeto o repasse de recursos às entidades esportivas que desenvolvam atividades esportivas e paradesportivas, nas diversas modalidades, no município de Balneário Camboriú, a fim de despertar o interesse de crianças, jovens e adultos pelo esporte educacional; esporte de rendimento, visando à participação dos mesmos em competições municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais; atividades recreativas e de lazer; além da realização de eventos esportivos em Balneário Camboriú, conforme metas, cronograma e indicadores apresentados no Plano de Trabalho.
- b) Poderão também ser beneficiadas entidades esportivas com o intuito de promover capacitação na área esportiva, por meio de cursos, oficinas, seminários e similares, conforme metas, cronograma e indicadores apresentados no Plano de Trabalho.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

I - Esporte educacional:

- a) Desenvolver escolinhas esportivas, possibilitando aos beneficiários o conhecimento teórico e prático da modalidade por meio de atividades lúdico-esportivas, nos aspectos

sociais e de inclusão, visando alcançar o desenvolvimento integral do sujeito e na sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, enfoque que objetiva a educação sendo regido por princípios socioeducativos.

- b) Desenvolver escolinhas em pelo menos dois polos, com o número de 15 a 20 alunos em cada um deles e com o mínimo de dois atendimentos semanais de 1h30min, podendo ser no mesmo local, com grupos diferentes;
- c) Se produzir e oferecer aos beneficiários uniformes, este deverá conter a marca do município de Balneário Camboriú, da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC;
- d) Manter um banner de no mínimo 1,20x80 identificando a escolinha, com as logomarcas indicadas no item c;
- e) Manter cadastro atualizado dos beneficiários;
- f) Entregar mensalmente na FMEBC a ficha de presença dos beneficiários, conforme modelo disponibilizado pela FMEBC;
- g) Entregar mensalmente a FMEBC o relatório de atividades com fotos;
- h) Estabelecer e entregar o cronograma de atendimento, com público alvo, dias, horários e locais de atendimento para visita técnica da FMEBC;
- i) Divulgar a marca do município de Balneário Camboriú e da Fundação Municipal de Esportes em todos os materiais do evento como uniformes, materiais impressos, entre outros, bem como nas matérias de divulgação e *marketing*;

II - Capacitação por meio de cursos, oficinas, seminários e similares:

- a) Organizar cursos, oficinas ou seminários enfocando algum tema relevante relacionado ao esporte educacional, de rendimento ou paradesporto;
- b) Aprovar proposta de trabalho junto a FMEBC, contendo dias, local, palestrantes, público alvo e ações administrativas (crachás, café, impressos, etc);
- c) Manter um banner de no mínimo 1,20x80cm identificando a atividade, com as logomarcas do município de Balneário Camboriú, da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC;
- d) Entregar relatório com o número de participantes por dia de evento, avaliação dos cursistas, fotos, etc.;
- e) Divulgar a marca do município de Balneário Camboriú, da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC em todos os materiais do evento como uniformes, materiais impressos, entre outros, bem como nas matérias de divulgação e *marketing*;

III - Atividades recreativas e de lazer:

- a) Promover atividades recreativas e de lazer em diferentes contextos;
- b) Planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades recreativas e de lazer.
- c) Recreação e lazer adaptados às populações especiais.
- d) Aprovar proposta de trabalho junto a FMEBC, contendo dias, local, palestrantes, público alvo e ações administrativas;
- e) Entregar relatório com o número de participantes nas atividades, avaliação dos participantes, fotos, etc.;

- f) Manter um banner de no mínimo 1,20x80 identificando a atividade, com as logomarcas do município de Balneário Camboriú; da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC;
- g) Divulgar a marca do município de Balneário Camboriú, da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC em todos os seus materiais, como uniformes, materiais impressos, entre outros, bem como nas matérias de divulgação e *marketing*;

IV - Administração do Fundo:

- a) Para cada projeto apresentado, poderá ser também apresentado um projeto de administração do fundo com no máximo 5% do total do projeto.

V - Organização e a realização de eventos esportivos locais (municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais), com caráter competitivo, de integração e/ou participação:

- a) Organizar e realizar eventos esportivos em Balneário Camboriú envolvendo outros municípios, estados ou países;
- b) Aprovar proposta de trabalho junto a FMEBC, contendo dias, local, público alvo e ações administrativas;
- c) Entregar a FMEBC relatório de participação, com fotos, contendo todos os dados do evento;
- d) Manter um banner de no mínimo 1,20x60 identificando a atividade, com as logomarcas do município de Balneário Camboriú; da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC;
- e) Divulgar a marca do município de Balneário Camboriú e da Fundação Municipal de Esportes em todos os materiais do evento como uniformes, materiais impressos, entre outros, bem como nas matérias de divulgação e *marketing*;

VI – Esporte de rendimento:

- a) Participar de eventos de rendimento na cidade e/ou em outro município, mantendo transporte, alimentação e estadia dos beneficiários;
- b) Preparar atletas para disputas oficiais de federações e confederações, em que representem o município de Balneário Camboriú, por meio de treinamentos especializados das diversas modalidades esportivas e paradesportivas.
- c) Manter cadastro atualizado dos beneficiários;
- d) Entregar mensalmente a FMEBC a ficha de presença dos beneficiários conforme modelo disponibilizado pela FMEBC;
- e) Divulgar a marca do município de Balneário Camboriú e da Fundação Municipal de Esportes em todos os materiais do evento como uniformes, materiais impressos, entre outros, bem como nas matérias de divulgação e *marketing*;
- f) Manter um banner de no mínimo 1,20x60 identificando a atividade, com as logomarcas do município de Balneário Camboriú; da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC;
- g) Entregar mensalmente a FMEBC o relatório de atividades com fotos;

4 DAS INSCRIÇÕES

- a) Os interessados na obtenção de apoio financeiro deverão apresentar seus projetos à Fundação Municipal de Esportes, em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição “Proposta – Edital de Chamamento Público FME nº 003/2018”, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, localizada à Rua Dinamarca, 320 - Bairro das Nações - Balneário Camboriú - SC, das 12h00min às 17h00min.
- b) Poderão participar deste Edital as entidades esportivas sem fins lucrativos que comprovem sua existência legal pelo Certificado de Registro outorgado pelo Conselho Municipal de Esportes, conforme parágrafo único do Art. 26 da Lei 3344/2011.
- c) As entidades esportivas poderão apresentar apenas 01 (um) Projeto Esportivo, identificando a categoria, conforme o estabelecido no Item 3.
- d) Para participar deste Edital, a entidade deverá declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e todos os seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
- e) Possuir, no mínimo, 1 (um) ano de existência e experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo mesmo prazo, a ser comprovada no momento da apresentação do Plano de Trabalho.
- f) Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da entidade, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Técnicas, Materiais e Operacionais.
- g) Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme anexo II.

5 DA FASE DE SELEÇÃO

- a) A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
2	Protocolo das propostas pelas Entidades Esportivas	26/03/2018 a 25/04/2018
3	Etapa de avaliação das propostas.	26/04/2018 a 04/05/2018
4	Divulgação do resultado.	07/05/2018
5	Interposição de recursos.	08/05/2018 a 11/05/2018
6	Análise dos recursos.	14/05/2018 a 18/05/2018
7	Homologação e publicação do resultado final.	21/05/2018

b) Para fins de classificação, a Comissão de Seleção adotará o critério de MAIOR PONTUAÇÃO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Item	Metodologia de Pontuação
(A) Grau de adequação da proposta ao Edital 2018.	Atendimento Pleno (100%) = 1,0 ponto	das Ações propostas	1,00
	Atendimento Satisfatório (<100% e >60%) = 0,5 ponto	das Metas propostas	1,00
		dos Prazos propostos	1,00
	Atendimento Insatisfatório (<60%) = 0,0 pontos	dos Valores de Referência	1,00
(B) Capacidade técnico-operacional	Experiência na prestação do objeto pela Proponente	1,0 ponto por ano comprovado	5,00
(C) Preferência	Entidade com sede no município.	1,00 pontos	1,00
Pontuação Máxima Global			10,00

c) Serão eliminadas aquelas propostas:

- I - Cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- II - Que receberem nota “zero” nos critérios de julgamento (A) ou (B);

6 DA PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

a) A entidade proponente deverá especificar no Plano de Trabalho, conforme o modelo oficial – Anexo III – Plano de Trabalho 2018 FMEBC.

- I - dados e informações da Entidade proponente;
- II - dados da proposta: descrição do objeto a ser executado e seu detalhamento, justificativa e interesse público relacionados à parceria, incluindo a população beneficiada diretamente, bem como o diagnóstico da realidade local e seu nexos com as atividades ou metas da parceria;
- III - relação contendo os dados da equipe executora;
- IV - estimativa de tempo de duração da vigência da parceria;
- V - descrição pormenorizada das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter;
- VI - cronograma físico de execução do objeto, definição e estimativa de tempo de duração das etapas, fases ou atividades, devendo estar claros, precisos e detalhados os meios utilizados para o atingimento das metas;
- VII - indicadores qualitativos e quantitativos a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas ou de alteração da realidade local;
- VIII - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados e, quando houver, da contrapartida da entidade proponente, devendo os valores serem compatíveis com os preços de mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, incluindo, quando for o caso, a estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;
- IX - cronograma de desembolso dos recursos a serem aportados, da contrapartida financeira ou não financeira e, se for o caso, de outros aportes, compatíveis com as despesas das etapas vinculadas às metas do cronograma físico.

7 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

a) Para celebração dos Termos de Fomento previstos neste Edital, as entidades proponentes deverão apresentar o Certificado de Registro outorgado pelo Conselho Municipal de Esportes.

8 DA APROVAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO PELA FMEBC E CMEBC

8.1 A FMEBC emitirá um parecer técnico por parte da sua equipe técnica, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- f) da designação do gestor da parceria.

8.2 – Conforme o artigo 5º da Lei 3. 344, de 15 de setembro de 2011, o CMEBC também fará uma parecer técnico podendo assim analisar, aprovar ou rejeitar os projetos esportivos que pretendam obter apoio financeiro através do FUNDESORTEBC, depois de analisados pela equipe técnica da Fundação Municipal de Esportes.

9 DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, apresentado no Plano de Trabalho aprovado.

9.2 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho.

- a) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da entidade proponente, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e
- d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

9.3 A entidade proponente irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta aberta somente para fins deste Termo de Fomento.

10 DAS OBRIGAÇÕES

- a) Nos projetos contemplados neste Edital deverão exibir as logomarcas da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Fundação Municipal de Esportes de Balneário Camboriú e do FUNDESORTEBC, como financiadores do projeto.
- b) Descrever as medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;
- c) Assinar e cumprir o Termo de Fomento celebrado entre as partes.

10.1 Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

10.2 As possíveis dúvidas serão dirimidas de acordo com a legislação vigente, e os casos omissos neste Edital serão dirimidos de acordo com a Lei 13.019/2014, por analogia.

10.3 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;
Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Técnicas, Materiais e Operacionais;
Anexo III – Plano de Trabalho 2018 FMEBC;
Anexo IV – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade;
Anexo V – Declaração de Contrapartida;
Anexo VI – Minuta do termo de Colaboração.

Balneário Camboriú, 23 de março de 2018.



Alessandro Kuehne
Superintendente da Fundação Municipal do Esporte

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da Entidade] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 003/2018 Fundesporte e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Balneário Camboriú, de de 2018.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da Entidade)

ANEXO II - DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES, CONDIÇÕES TÉCNICAS, MATERIAIS E OPERACIONAIS.

DECLARO, que cumprirei os requisitos estabelecidos para celebração do Termo de Fomento , em conformidade com a Lei 3344/2011.

I - Objetivos voltados à promoção de atividades esportivas;

III - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IV - Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

V - Possuir:

a) no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da proposta ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

ASSIM, DECLARO ESPECIFICAMENTE QUE A *(Colocar o Nome da Entidade):*

Dispõe de instalações e outras condições técnicas, materiais e operacionais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições técnicas, materiais e operacionais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos

na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

Dispõe de instalações e outras condições técnicas, materiais e operacionais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A entidade adotará uma das três redações acima, conforme sua situação podendo também adequá-la. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Balneário Camboriú (SC), ____ de _____ de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da Entidade)

ANEXO 3 - PLANO DE TRABALHO FUNDESORTE 2018

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1 – Nome (Pessoa Jurídica)

2 – CNPJ

3 – Endereço:

4 – Bairro:

5 – Cidade:

6 – UF:

7 – CEP:

8 – DDD/Telefone(s)

9 – DDD/Fax

10 – DDD/Celular

11 – Endereço Eletrônico (e-mail)

12 – Página na Internet (*home page*)

13 – Data de Fundação da entidade

14 – Registro em Cartório/Data/Nº.

15 – Registro no CMEBC:

15 – Objetivos da Entidade:

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

1 – Nome:

2 – Cargo

3 – Eleito em:

4 – Mandato Início: __/__/__
Término: __/__/__

5 – CPF

6 – Identidade nº. / Órgão Expedidor:

7 – Endereço do Dirigente:

8 – Bairro:	9 – Cidade:	10 – UF	11 – CEP
12 – Telefones (incluindo celular/fax):		13 – Endereço Eletrônico (e-mail)	
2. ÁREA DO PROJETO (Indicar em qual área o projeto será aplicado)			

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | I) Esporte Educacional |
| <input type="checkbox"/> | II) Capacitação por meio de cursos, oficinas, seminários e similares |
| <input type="checkbox"/> | III) Atividades recreativas e de lazer |
| <input type="checkbox"/> | IV) Administração do Fundo |
| <input type="checkbox"/> | V) Organização e a realização de eventos esportivos locais |
| <input type="checkbox"/> | VI) Esporte de rendimento |

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.1 Título do Projeto (com no máximo 3 palavras)

3.2 Modalidade Esportiva

3.3 Breve descrição do Público beneficiado

Público Alvo

Qtd: 0 - Crianças - (0 a 12 anos).
Qtd: 0 - Adolescentes - (10 a 18 anos).
Qtd: 0 - Adultos - (18 a 59 anos).
Qtd: 0 - Idosos - (a partir de 60 anos).

Qtd: 0 - Portadores de necessidades especiais.

3.4 Identificação do Objeto *(Definir em que consiste o Projeto, no máximo uma linha)*

3.5 Objetivo Geral *(o que pretende alcançar)*

3.6 Objetivos Específicos *(três ações para alcançar o objetivo geral)*

3.7 Justificativa *(resumo da importância do projeto para Balneário Camboriú, qual o público alvo, diagnóstico da realidade local, meta e justifique a conveniência de utilização de apoio financeiro)*

3.8 Endereço, Período/Data/Horário de Execução do Projeto. *(Indicar o endereço completo de onde se realizará o projeto/evento, outros locais/ período/datas/horário de execução).*

3.9 Metodologia *(Descrever e detalhar o desenvolvimento, execução e a metodologia aplicada em todas as atividades do projeto. Apresentar as fases de execução do projeto, constando cronograma de atividades com períodos de cada ação. Grade horária, constando modalidades, nº de turmas, quantitativo de beneficiários por turma, frequência semanal, de acordo com turnos e faixas etárias. Nome dos profissionais, formação, carga horária. Quadro de horário dos profissionais com frequência semanal, detalhando as atribuições de cada um. Apresentar os respectivos calendários dos eventos a participar ou a executar, especificando datas e duração dos mesmos. Apresentar o critério de seleção dos participantes e dos profissionais envolvidos.*

3.10 Demonstrar capacidade técnica operativa *(especificar os profissionais e de toda a equipe executora do projeto da Entidade, com suas funções; credenciamento no CMEBC, registro no Conselho Estadual de Esporte, Certidão de registro de funcionamento para pessoa Jurídica no Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina CREF3-SC, Filiação a Federação Catarinense da modalidade, Declaração de Utilidade Pública municipal, estadual ou nacional, moções, prêmios, homenagens, etc. Inserir cópia dos documentos comprobatórios)*

3.11 Relação Nominal da Equipe Executora

Nome	Função	Endereço residencial	CPF e RG	Nº de registro do Conselho Profissional

4 PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO *(máximo de 8 meses)*

4.1 Cronograma de Execução (Metas, etapas ou fases)

Nº.	Metas (o que será feito)	Especificação	Qtde.	Data	
				Início	Fim

5. METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS – (Apresentar as metas de qualidade - quais os resultados e benefícios a serem alcançados, mensuráveis não numericamente; e as metas de quantidade - mensuráveis numericamente, ambas com respectivos indicadores de que forma as metas serão aferidas de acordo com os objetivos propostos)

6. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS (previsão das despesas)

Nº.	Natureza das Despesas			
	Descrição da despesa	Qtde.	Valor unit.	Valor total
1				
2				
3				
4				
5				
TOTAL				

Obs.: Os valores demonstrados devem estar de acordo com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a Entidade deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico).

6.1 Cronograma de desembolso – (estabelecer o valor do repasse pelo período necessário ao desenvolvimento do projeto).

Nº	Mês	Valor (\$)
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
TOTAL		

7. REALIZAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO/EVENTOS PROMOVIDOS NOS DOIS (2) ÚLTIMOS ANOS

Data e Local	Nome do Evento/atividade	Nº. de atletas/participantes	Média de público do evento/atividade	Mídia do evento/atividade

8. PEDIDO DE DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do (*proponente/entidade*), pedimos pelo deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o plano de trabalho do projeto (*escrever o nome do projeto*)

Balneário Camboriú, _____ de _____ de 2018

(*Titular ou Responsável Legal da Entidade*)

9. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE (*uso exclusivo da Comissão de seleção*)

- a) A organização não possui nenhum impedimento legal para realizar o presente ajuste.
- b) A organização possui o Certificado de Registro junto ao Conselho Municipal de Esportes de Balneário Camboriú.
- c) A organização se adéqua às disposições legais da Lei 3344/2011, estando ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a administração pública não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional, bem como não poderá usar os recursos do Fundesporte para construção ou conservação de bens imóveis, e em despesas de capital pelo proponente.
- d) A organização está apta para executar o objeto deste ajuste com todas as obrigações comerciais e legais, específicas da atividade/projeto a que se propõe a executar, bem como, que atende às convenções e acordos nacionais e internacionais pertinentes;

DEFERIDO

ITENS APROVADOS:

INDEFERIDO

MOTIVO:

READEQUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO CONFORME O INDICADO ABAIXO: *(prazo máximo de 15 dias para a adequação)*

ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO:

Balneário Camboriú, ____/____/2018.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

DECLARO para os devidos fins, em nome da [identificação da Entidade], que:

- I. Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome do dirigente e cargo que ocupa na Entidade	RG, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial	Telefones	e-mail

- II. Não contratará com recursos do FundesporteBC, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau dos dirigentes da entidade.

Balneário Camboriú, de de 2018.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da Entidade)

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com o Edital nº 003/2018, que a *(identificação da Entidade)* como contrapartida, apresentará:

Identificação do bem ou serviço:

Declaro também que cumprirei os seguintes itens:

- I. Manter cadastro atualizado dos beneficiários;
- II. Entregar mensalmente a FMEBC a ficha de presença dos beneficiários conforme modelo disponibilizado pela FMEBC;
- III. Divulgar a marca do município de Balneário Camboriú e da Fundação Municipal de Esportes em todos os materiais do evento como uniformes, materiais impressos, entre outros, bem como nas matérias de divulgação e *marketing*;
- IV. Manter um banner de no mínimo 1,20x60 identificando a atividade, com as logomarcas do município de Balneário Camboriú; da Fundação Municipal de Esportes e do FUNDESPORTEBC;
- V. Entregar mensalmente a FMEBC o relatório de atividades com fotos;

Balneário Camboriú (SC), ____ de _____ de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da Entidade)

ANEXO VI - MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº ____/2018 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO
CAMBORIÚ, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO
MUNICIPAL DE ESPORTES E (ENTIDADE)

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ nº 83.102.285/0001-07, estabelecido na Rua Dinamarca, nº 320, por intermédio da Fundação Municipal de Esportes de Balneário Camboriú, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pelo (nome, qualificação e CPF da autoridade competente), e a(o) (Entidade), inscrita(o) no CNPJ sob nº. _____, com sede _____, doravante denominada (o) **PROPONENTE**, representada (o) pelo(a) (nome e cargo do representante legal da entidade, seguido da respectiva qualificação, endereço e CPF), resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 3344 de 15 de setembro de 2011, consoante ao Chamamento Público, Edital nº 003/2018 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento, decorrente de _____ (chamamento público) tem por objeto

conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) publicar o respectivo extrato do ajuste no meio oficial de publicidade da administração pública;

- b) promover o monitoramento e a avaliação, pelo Departamento Técnico da FMEBC, do cumprimento do objeto do ajuste, sendo que, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos;
- c) emitir relatório técnico mensal de monitoramento e avaliação do ajuste e o submeter ao Conselho Municipal de Esportes;
- d) realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação do ajuste celebrado e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- e) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação dos ajustes celebrados e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- f) instaurar tomada especial, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto do ajuste;
- g) demonstrar de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da entidade foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- h) aprovação do plano de trabalho;
- i) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da entidade por ocasião da celebração dos ajustes, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas entidades eventuais alterações no seu conteúdo;
- j) apresentar termo de empréstimo e cessão dos bens, materiais ou objetos que serão submetidos às entidades, a qual deverá certificar o recebimento destes, assumindo o compromisso de devolução no estado inicial, se for o caso, e compromisso de zelo e conservação do bem público colocado a sua disposição;
- k) indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução do ajuste;
- l) demonstrar de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da entidade foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

II - DA ENTIDADE PROPONENTE:

- a) apresentar prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- b) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações *banners* que apresentem todas os ajustes celebrados com o poder público;

- c) dar livre acesso aos servidores dos órgãos ou das entidades públicas, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências;
- d) zelar pela integridade física dos bens, objetos e materiais cedidos a título de comodato, inclusive no que diz respeito às despesas com manutenção, limpeza e reparos, quando for o caso;
- e) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da entidade em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do ajuste ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- f) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao Termo de Fomento, contendo o mesmo de forma integral, assim como o plano de trabalho;
- g) Caso a entidade adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração deste ajuste, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública ou outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade na hipótese de sua extinção;
- h) Manter instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REQUISITOS

3.1 - Para celebração do Termo de Fomento, a entidade deve comprovar:

- I - objetivos voltados à promoção de atividades esportivas;
- II - escrituração contábil de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- III - ter no mínimo, 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- IV - experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- V - possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o

desenvolvimento das atividades ou projetos previstos no ajuste e o cumprimento das metas estabelecidas.

3.2 - Para celebração do Termo de Fomento, as entidades deverão apresentar junto ao Conselho Municipal de Esportes de Balneário Camboriú, para que o mesmo possa certificá-los, os documentos abaixo relacionados:

I - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa municipal;

II - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

III - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IV - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

VI - relação nominal da equipe executora, com endereço residencial, e número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da entidade, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da entidade, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela entidade até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente Termo de Fomento vigorará conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

5.2 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência retroativo.

5.3 - O plano de trabalho do ajuste poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 - A prestação de contas apresentada pela entidade deverá conter elementos que permitam ao Departamento Técnico da FMEBC avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

II - relação de serviços prestados, bens adquiridos ou produzidos, quando for o caso; e

III - comprovação, através de lista de presença ou outros meios, do público atingido, treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º A entidade prestará contas dos recursos recebidos mensalmente, até o último dia útil de cada mês.

§ 2.º A entidade deverá seguir as orientações contidas no manual de prestação de contas que deverá ser fornecido pela administração pública.

§ 3.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 4.º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 5.º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

6.2 - Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica prevista, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

Parágrafo único. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

6.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução do ajuste;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pelo superintendente da FMEBC e pelo Conselho Municipal de Esportes de Balneário Camboriú, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

6.4 - Os pareceres do Departamento Técnico da FMEBC acerca da prestação de contas deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

6.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará o previstos na Lei nº 3344, de 2011, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

6.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo de 30 dias (quando for a última parcela) e prazo de 10 dias para parcelas intermediárias para a entidade sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

6.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da entidade ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

6.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de bens ou valores públicos.

6.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

6.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a entidade poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no ajuste e a área de atuação da entidade, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1 – Sempre que necessário, mediante proposta da ENTIDADE, se for de interesse da Administração Pública, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

7.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

7.3 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo as metas ou o prazo de vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

8.1 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

III - utilização dos recursos físicos em desacordo com o Plano de Trabalho.

8.2 - Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de ajuste de Fomento, a entidade que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado este

ajuste, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VI - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1.º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2.º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3.º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 3344, de 2011, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência do superintendente da FMEBC, responsável pelo repasse, sendo que a Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública poderá agir quando observada inércia da administração pública, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

10.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, observando a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos físicos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE

11.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Site Oficial do Município e da FMEBC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou email e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via email não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Balneário Camboriú - SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

13.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que serão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Balneário Camboriú, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal da administração pública municipal

Assinatura do representante legal da entidade